

Nota Breve 29/06/2020

Portugal · COVID-19 agrava as contas públicas até maio (ótica caixa)**Resumo**

- O **saldo consolidado do conjunto das Administrações Públicas (AP)**, na ótica de caixa, situou-se em **-4.1%** do PIB até maio, o que compara com um saldo de -0.7% do PIB em igual período de 2019¹.
- A **execução orçamental até maio reflete de forma mais clara o impacto da COVID-19** nas finanças públicas, nomeadamente na menor arrecadação de receita por via das medidas de adiamento e suspensão do pagamento de impostos (num total de 868.7 milhões euros) e num agravamento das despesas, num total de 915.4 milhões de euros. Estes efeitos deverão continuar a impactar as contas públicas nos próximos meses.
- Por subsectores,
 - O **défice do Estado** agravou-se para 6.1% do PIB até maio (-4.2% em maio de 2019).
 - A **Segurança Social registou um excedente de 0.8% do PIB** até maio (2.1% em maio de 2019).
 - A **Administração Regional registou um saldo nulo** nos primeiros 5 meses do ano (tal como no período homólogo).
 - A **Administração Local apresentou um saldo positivo, 0.4% do PIB** até maio (0.3% do PIB em igual período de 2019).

Avaliação

- Os **dados consolidados da execução orçamental até maio apontam para um agravamento do défice orçamental, para 4.1% do PIB** (-3,202.9 milhões de euros), comparativamente a -0.7% em igual período de 2019. Esta evolução reflete o **aumento da despesa e queda da receita, refletindo os efeitos negativos da COVID-19** nas finanças públicas, nomeadamente o impacto das medidas de apoio às empresas e famílias. **Estes efeitos deverão continuar a pesar nas contas públicas nos próximos meses**, quer por via de menor arrecadação de receita face à recuperação ténue da economia e medidas de prorrogação ou suspensão do pagamento de impostos, quer por via do aumento da despesa associada às medidas de apoio às famílias e empresas e gastos com o Sistema de Saúde.
- **A receita caiu 0.4% homólogo** até maio (-121 milhões de euros), uma evolução justificada pelas medidas de suspensão ou adiamento do pagamento de impostos, com um impacto de 868.7 milhões de euros², atenuado pela menor execução dos reembolsos em sede de IRS (-1,299 milhões face a igual período de 2019). Se assumirmos o grau de execução dos reembolsos de 2019, a receita fiscal teria caído 6.3% homólogo, em vez do ligeiro aumento de 0.3%.
- **A despesa cresceu 7.4% homólogo** (+2,429 milhões de euros), refletindo o impacto das medidas de apoio às famílias e empresas e despesas com saúde no combate à COVID. De acordo com a informação da DGO, **as despesas relacionadas com a COVID atingiram 915.4 milhões de euros em maio**, destacando-se o layoff, com 452.9 milhões de euros (mais de 49% do total das medidas de despesa). **O maior impacto das medidas de combate à COVID sentiu-se nas transferências correntes** (+1,367 milhões euros face a maio de 2019) e incluem, para além do layoff, o apoio excecional à família, isolamento profilático e apoio extraordinário à redução da atividade. Para o crescimento desta rubrica contribuiu ainda o aumento das

¹ De acordo com os nossos cálculos e considerando a previsão do BPI Research para o PIB.

² De acordo com a DGO.

pensões, com a atualização dos montantes e o aumento do número de pensionistas. Segue-se o **impacto na aquisição de bens e serviços** (+559 milhões euros), onde se incluem os gastos associados aos equipamentos de proteção individual para profissionais de saúde e medicamentos. O **aumento das despesas com pessoal** foi também significativo (4.8% homólogo), refletindo as atualizações salariais e descongelamento de carreiras e o reforço de profissionais de saúde. Se excluirmos a execução de medidas do lado da despesa associadas ao combate à COVID-19, a despesa teria aumentado 4.6% homólogo.

- Se excluirmos as medidas de apoio do lado da receita e despesa decorrentes do combate à crise sanitária, o saldo orçamental teria ficado em -1.8% do PIB até maio. O impacto destas medidas irá continuar a fazer-se sentir nos próximos meses, sendo de realçar que **a elevada incerteza atual poderá resultar em repercussões incertas nas finanças públicas, quer do lado da receita, quer do lado da despesa**. Neste contexto, apesar da **nossa previsão apontar para um défice elevado em 2020 (-11.8% do PIB)**, atendendo às incertezas e atuais tendências não podemos excluir que esta previsão possa ser superada.

Execução Orçamental por subsector das Administrações Públicas

(Dados acumulados no ano)

	Último dado	Milhões de euros		% do PIB	
		2019	2020	2019	2020
Estado	maio	-3,692	-4,747	-4.2	-6.1
Segurança Social	maio	1,824	635	2.1	0.8
Administração Regional	maio	-43	-2	0.0	0.0
Administração Local	maio	281	327	0.3	0.4
Total Administrações Públicas	maio	-653	-3,203	-0.7	-4.1

Fonte: BPI Research, a partir dos dados da DGO.

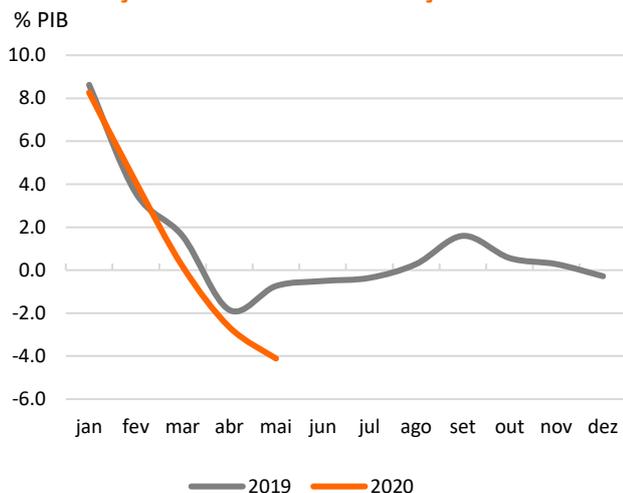
Execução Orçamental do total das Administrações Públicas

(Dados acumulados até maio)

	Milhões		Variação Homóloga
	2019	2020	%
Receitas	32,129	32,009	-0.4
Receita Fiscal	17,123	17,182	0.3
Contribuições Segurança Social	8,616	8,665	0.6
Despesas	32,783	35,212	7.4
Despesas com pessoal	7,718	8,086	4.8
Transferências Correntes	14,077	15,444	9.7
Aquisição Bens e Serviços	4,596	5,155	12.2
Juros	3,637	3,444	-5.3
Investimento	1,575	1,776	12.8

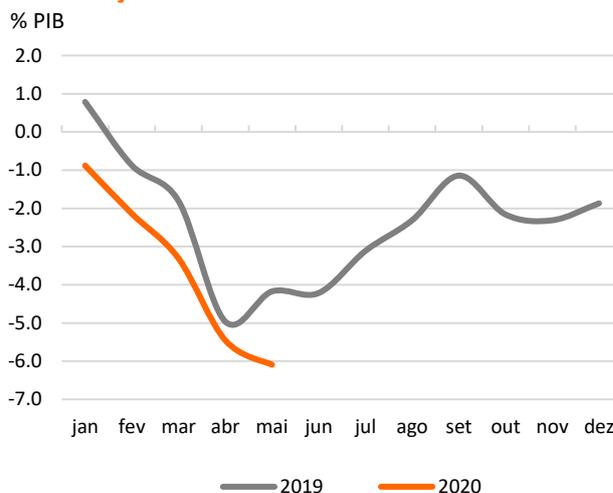
Saldo Orçamental por Subsectores

Saldo Orçamental das Administrações Públicas



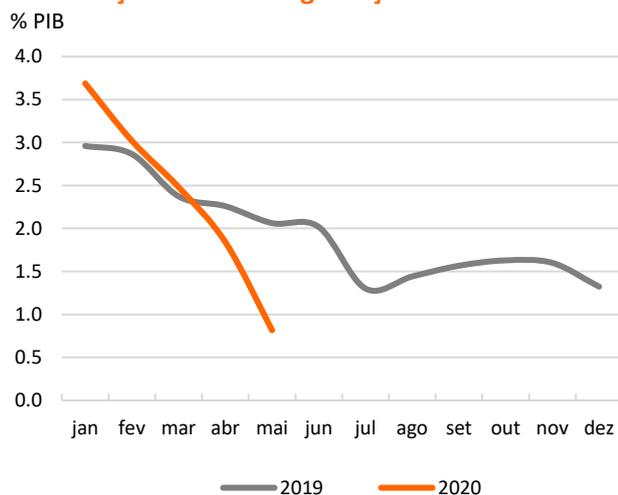
Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental do subsector Estado



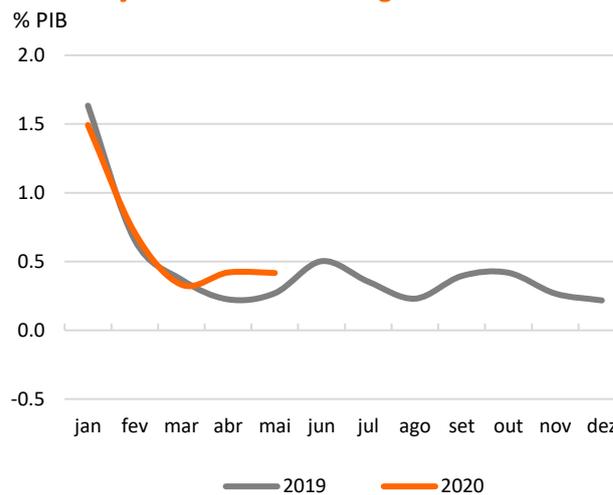
Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental da Segurança Social



Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental da Adm. Regional e Local



Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Vânia Duarte, BPI Research, e-mail: deef@bancobpi.pt

AVISO SOBRE A PUBLICAÇÃO “NOTA BREVE”

A “Nota breve” é uma publicação elaborada em conjunto pelo BPI Research (UEEF) e o CaixaBank Research, que contém informações e opiniões provenientes de fontes que consideramos fiáveis. Este documento possui um propósito meramente informativo, pelo qual o BPI e o CaixaBank não se responsabilizam em caso algum pelo uso que possa ser feito do mesmo. As opiniões e as estimativas são próprias do BPI e do CaixaBank e podem estar sujeitas a alterações sem prévio aviso.